

**MEMORIA DOS APOSENTADOS  
SONIA REGINA MARCONI  
PROMOTORA DE JUSTIÇA APOSENTADA  
INÍCIO E SAÍDA DO MPSP: 09/05/1985 A 12/11/2003**

**APMP: Por que escolheu ser promotor de Justiça?**

Escolhi a carreira de Promotor de Justiça quando ainda estava na Faculdade. Os Mestres que faziam parte do Ministério Público me chamavam mais a atenção do que os que faziam parte da Magistratura ou Advocacia. Fiz dois anos de estágio em Escritório de Advocacia (propriedade do meu marido) e, depois de formada, trabalhei mais três anos com ele, principalmente no auxílio na preparação de júris. Entretanto, quando havia um processo afeto ao Tribunal de Júri para estudar, geralmente eu colocava questões da acusação. Meu marido dizia que eu no serviria para fazer júri na defesa e sim como Promotor de Justiça. Em Agosto de 1984, quando voltamos de uma viagem, chamou a sua atenção uma funcionária do Frum de São Bernardo do Campo, que estava verificando o Edital de Concurso para o Ministério Público. Ele levou-me o Edital e perguntou-me se eu no queria prestar tal exame. Como já tinha experiência da advocacia (o que no me chamava muito a atenção), resolvi estudar para prestar o concurso.

**APMP: Como foi o concurso?**

Esse foi o 58º Concurso do Ministério Público e o primeiro concurso que prestei (para o Ministério Público). Nunca me interessei em prestar concurso para a Magistratura. O primeiro exame (peneirão) foi no dia 28 de Outubro de 1984 (dia de São Judas Tadeu). Houve um atraso de duas horas no início do exame, posto que a gráfica contratada no havia entregue os formulários.

Foram 100 (cem) questões dissertativas (pouco espaço para escrever). Esse foi o 58º Concurso do Ministério Público e o primeiro concurso que prestei (para o Ministério Público). Nunca me interessei em prestar concurso para a Magistratura. Tomei posse em 09 de Maio de 1985. Fui empossada como 2º PJ Substituto da 44ª Circunscrito de Guarulhos. De 09 a 31 de Maio de 1985, todos nós fizemos o tal "Curso de Adaptação". Tivemos três dias de "visita" em Promotorias de Justiça.

### **APMP: Como foram as primeiras experiências como substituta?**

Em Junho de 1985, fui designada para assumir minhas funções na Sede da Circunscrição (Guarulhos). Em Julho, continuei em Guarulhos (férias forenses). Em Agosto fui designada para Mairiporã (Comarca que fazia - ou faz - parte da Circunscrição de Guarulhos). O Meritíssimo Juiz de Mairiporã (antigo colega Promotor) não gostou de minha atuação. Preenchi a agenda dele, até o fim do ano, com interrogatórios. Em Julho, quando repartimos as Comarcas (eu e a Cinthia Gruber) fiquei em Mairiporã. Só que não chegavam processos dessa Comarca. Fiquei muito curiosa e resolvi fazer uma visita. Quando cheguei no Cartório a correria foi geral. Eu quis ver todos os IP que estavam parados. Todos os procedimentos de menores. Mandei que separassem todos aqueles que estavam com prazo de prescrição para esgotar. Levei tudo para a casa e fiz um ofício ao nosso Corregedor Geral relatando os fatos (creio que ainda era o Dr. Irahya Baptista de Abreu). O Excelentíssimo Corregedor do MP resolveu encaminhar um ofício dele à Corregedoria da Magistratura, capeando o meu. Quando cheguei em Agosto na Comarca de Mairiporã o Juiz queria enforcar-me. Levou uma correição extraordinária. Fui impedida de tomar lanche com ele. Em Setembro, fui designada para cobrir férias em Santo André.

Em Santo André, fiquei substituindo colegas (ou designada para Promotorias que estavam em concurso) até Dezembro. Férias forenses de Janeiro de 1986 fui designada para a Circunscrição de Registro (Registro, Jacupiranga, Eldorado Paulista, Juquiá, etc). Fevereiro de 1986 fui para a Equipe de Estelionato.

### **APMP: A senhora se recorda da primeira comarca?**

Em 03 de Março de 1986 fui promovida Primeira Entrância. 1º PJ de Socorro. Não assumi essa Comarca (não me lembro o motivo). Toda minha Primeira Entrância eu passei entre a Equipe de Estelionato e a Equipe de Roubos e Extorsões (foi quando o Sr. Abílio Diniz foi sequestrado).

## **APMP: Como foram as passagens para as outras entrâncias?**

Em 24 de Abril de 1986 fui promovida 2ª Entrância. PJ de Porto Ferreira, acumulando a Comarca de Casa Branca no período de 01 de Junho a 31 de Outubro de 1986. Porto Ferreira era uma Comarca pequena (apesar de ser de 2ª Entrância). A maioria das pessoas se conhecia. Fui até mesmo homenageada pela Câmara Municipal e fui notícia no jornal da Cidade, já que a Comarca de há muito no possuía um Promotor Titular. Casa Branca estava sem Promotor Titular há mais tempo do que Porto Ferreira. Quando cheguei o acúmulo de processos era enorme. Assustei-me quando entrei na sala da Promotoria. No havia espaço para andar. Pilhas e pilhas de processos. O desespero bateu. Chamei o Escrivão e pedi para que desse baixa em todos aqueles processos porque eu não iria receber processos com mais de 30 ou 40 dias de atraso.

Mais tarde, ele fez nova carga de todos aqueles processos para mim, com data atualizada. Enchi o porta malas do carro e na sexta-feira voltei a So Bernardo do Campo com um belo divertimento para o fim de semana. Em Casa Branca propus a primeira Ação Civil Pública do interior (eu acho). Tudo por causa da "vaca mecânica". O Prefeito queria destruir a Praça da Matriz (tombada pelo Patrimônio Histórico) para construir uma "vaca mecânica" - leite de soja). Fui procurada por um dos Vereadores que era contrário à construção e com os documentos que me forneceu, mais algumas pesquisas, entrei com a Ação Civil Pública, com pedido de liminar, que foi concedida pelo Juiz. A Lei que instituiu a Ação Civil Pública era recém publicada. Pedi instruções para a turma de São Paulo. No final, deu tudo certo. Fui , até mesmo, homenageada pela Câmara Municipal (Diploma que guardo até hoje, com muito carinho). Acumulei Casa Branca até 31 de Outubro de 1986, quando a Comarca entrou em concurso e para lá foi a Maria Alice Ferreira da Rosa.

## **APMP: Quais eram as dificuldades da época?**

Naquela época, era muito difícil o transporte. Até eu conseguir comprar um carro para mim (só tínhamos um carro), ia para Guarulhos e Mairiporã de ônibus. Tinha que sair muito cedo de casa para poder chegar no Fórum. Ônibus para Mairiporã (Terminal do Tietê) só saía de hora em hora. Se eu perdesse um, chegava atrasada para a primeira audiência ou atendimento ao público. Era a época em que nós, Promotores, tínhamos a incumbência de ajuizar as ações trabalhistas, onde não havia as antigas Juntas de Conciliação e Julgamento. Os telefones eram do Tribunal. Ainda não havia celular. Em Porto Ferreira o Ministério Público possuía uma linha telefônica. Todas as ligações eram minuciosamente relatadas à Procuradoria Geral e à Corregedoria. Porto Ferreira não possuía hotel. Eu morava no hotel em Pirassununga (quase em frente ao Fórum). Única mulher dentro do hotel. Então saía bem cedo para Porto Ferreira e só voltava à noite. O mais curioso é que exatamente na metade do caminho entre Pirassununga e Porto Ferreira (distância de 10 km entre as duas cidades) havia um pedágio. Todos os dias tinha que pagar pedágio. E não havia ressarcimento. Tudo era por conta do próprio Promotor. As diárias de hotéis, as refeições, a gasolina, o pedágio, às vezes os telefonemas para a PGJ ou a CG. O atendimento ao público era estressante. Todo cidadão queria conversar com a Promotora. Nem que fosse apenas para relatar seu dia a dia. As ações trabalhistas eram, em sua maioria, de trabalhadores rurais. Toda aquela região possuía muitas plantações de cana de açúcar e algodão. E havia, ainda, as olarias. As que davam mais trabalho. Não tive qualquer problema com Juízes Diretores dos Fóruns, quer de Porto Ferreira, quer de Casa Branca. Trabalhava em sala dentro do Fórum, com banheiro privativo. O Fórum de Casa Branca foi o mais bonito, arquitetonicamente considerado, em que eu trabalhei. Casa Branca foi a primeira comarca do interior do Estado de São Paulo. Tive a satisfação de ver e manusear processos antiquíssimos, totalmente manuscritos. Pena que estavam a se deteriorar. O Fórum de Porto Ferreira era uma "bunker". Totalmente de concreto (um forno no verão e uma geladeira no inverno). Foi um quartel, na época dos militares, principalmente em se considerando o Batalhão da Aeronáutica em Pirassununga. As visitas na Cadeia Pública eram muito peculiares. Eu geralmente não avisava que iria fazer a visita. Simplesmente chegava e procurava o Diretor da Cadeia (que era o único Delegado). Dava dó de ver o seu semblante quando eu encostava o carro no estacionamento. Ele já mandava o batalhão inteiro de PM's (três) entrar na cadeia, colocar todos os presos em suas celas para depois eu ingressar na própria delegacia.

Conversava com todos os presos. Só deixei de conversar com aqueles que haviam sido transferidos de São Carlos para Porto Ferreira. Eles não eram os "meus" presos. Mas quando havia algum assunto importante, entrava em contato com o colega da Comarca de São Carlos. Esses foram transferidos porque incendiaram as próprias celas. Após as visitas, sempre fazia a Ata e encaminhava cópia à Corregedoria. A cadeia de Casa Branca era horrível. Uma simples casa adaptada (assim também a de Mairiporã). Passei por uma Correição Ordinária em Porto Ferreira (Corregedor Dr. Irahya Baptista de Abreu).

### **APMP: Como foram as passagens para as outras entrâncias?**

As minhas promoções foram sempre por merecimento. Em 02 de Julho de 1987 fui promovida para 3ª Entrância. 3º PJ de São Bernardo do Campo. Estava em casa. A 3ª Promotoria era Cível. O Cartório era terrível. Mas, quando fui promovida, o Juiz Titular também foi promovido para São Paulo, o que muito me agradou porque já o conhecia há tempos e não gostava dele. O novo Juiz era muito bom. Havia sido removido, a pedido, de uma Comarca do interior. Foi uma época boa. Com muito trabalho. Mas com uma união muito grande entre os colegas. A maioria era do meu concurso. Às vezes nos reuníamos para jantar. Era muito bom. Todos se davam bem. O que acontecia com os membros da Magistratura. Em São Bernardo do Campo, trabalhávamos em 03 Promotores em cada sala. O banheiro era coletivo. Tínhamos uma linha telefônica do MP e um ramal do Tribunal. O Fórum era muito acanhado (perto da Cidade das Crianças) e a parte criminal ficava em outro prédio (perto do Paço Municipal). As funções eram de "clínica geral". Todos nós respondíamos por toda a parte cível de cada uma das Varas (a minha era a 3ª). Somente duas vezes entrei em atrito com dois Juizes. Numa ocasião, só estava eu de PJ no Fórum, após as 18h, quando uma escrevente veio me chamar para participar de uma audiência. Era uma separação judicial. Quando propus um acordo, o Digníssimo Magistrado achou que eu estava "forçando" o casal reconciliação. Mas utilizou-se de termos bem baixos. Fiquei muito raivosa. Saí da sala e disse à escrevente que estaria esperando somente mais alguns minutos para assinar o Termo de Audiência. Não era a minha Vara. O processo não era meu. Passados dez minutos, a escrevente trouxe à minha sala o Termo para assinatura. Quando li, verifiquei que o acordo que eu havia proposto tinha sido aceito pelo casal. O tal Magistrado nunca mais falou comigo. E eu não fiquei chateada com isso (eu não gostava dele).

Enquanto PJ de São Bernardo, concorri ao "Melhor Arrazoado Forense" e consegui uma menção honrosa. Fiquei em São Bernardo do Campo até 01 de Julho de 1989 (dois anos completos).

Em 02 de Julho de 1989, fui promovida a 203º PJ da Capital (esse cargo foi renumerado para 108º PJ da Capital em 05 de Março de 1992).Passei pela Curadoria de Ausentes e Incapazes, Equipe de Repressão a Roubos, Extorsões, Furtos e Receptações.

Em 28 de Dezembro de 1989 fui designada para a Curadoria Fiscal de Massas Falidas. Por remoção (antiguidade), em 22 de Outubro de 1992, passei a 3º PJ de Massas Falidas.

Em 11 de Janeiro de 1999, fui Convocada para a 4ª Procuradoria, atuando em processos falimentares.Fiz parte da Comissão do Ministério Público Paulista para a reforma da Lei de Falências, Coordenada pelo CAO Cível, sob a Coordenadoria da Dra. Selma Negrão Pereira dos Reis. Fiquei na 4ª Procuradoria até o dia 12 de Novembro de 2003, quando me aposentei.

### **APMP: Se recorda dos Procuradores-Gerais e Corregedores-Gerais da época?**

#### **Os Procuradores Gerais foram :-**

Dr. Paulo Salvador Frontini  
Dr. Cláudio Ferraz de Alvarenga  
Dr. Antônio Fleury Filho  
Dr. Antônio Araldo Ferraz Dal Pozzo  
Dr. José Emmanuel Burle Filho  
Dr. José Geraldo Brito Filomeno  
Dr. Luiz Antonio Marrey  
Dr. Luiz Antonio Marrey  
Dr. Rodrigo César Rebello Pinho  
(no sei se esqueci algum)

#### **Corregedores:-**

Dr. Irahya Baptista de Abreu  
Dr. Optaciano Capistrano da Silva  
Dr. Luiz Carlos Galvão de Barros  
Dr. José Guarino Marcos Garcia  
Dr. Luiz César Gama Pellegrini  
Dr. Herberto Magalhes da Silveira Júnior  
Dr. José Ricardo Peirão Rodrigues  
Dr. Paulo Álvaro Martins Fontes

Dr. Agenor Nakazone  
Dr. Sérgio Augusto Nigro Conceição  
Dr. Carlos Henrique Mund  
(também não sei se esqueci algum)

**APMP: Como era o cenário político na época?**

Nunca me interessei profundamente pelo cenário político. Não se pode dizer que uma pessoa totalmente apolítica, mas nunca gostei de me envolver na política, geral ou institucional. Quando das eleições, somente ouvia os candidatos, ouvia os colegas, sopesava o caráter dos candidatos e votava naquele com quem eu mais simpatizava.

**APMP: A senhora chegou a atuar no Tribunal do Júri? Conte-nos a sua experiência.**

Atuei no Tribunal do Júri em apenas 04 ocasiões. Duas vezes em Porto Ferreira (um julgamento foi anulado, recurso de minha autoria, por nulidade de um dos quesitos; o outro, tive que pedir desaforamento já que mais de 50% dos jurados foram minha sala pedir "dispensa", por medo do Réu, que estava solto). Uma vez em Casa Branca. Já no início, sem testemunhas, sem a vítima (que estava totalmente alcoolizada no Fórum) e sem provas documentais, fui obrigada a pedir a desqualificação de tentativa de homicídio para lesão corporal). Fiz um júri em São João da Boa Vista, porque o PJ titular se julgou impedido de fazer o plenário e o substituto automático era o PJ de Casa Branca. Assim, como eu acumulava Casa Branca, fui obrigada a fazer o Júri. É certo que o colega de São João pediu um PJ do 1º Tribunal do Júri de São Paulo, mas a PGJ designou a mim. Peguei o processo numa sexta-feira (quando me foi disponibilizado) e o júri era na segunda-feira posterior.

Só me assustei quando cheguei em casa para ler o processo pela primeira vez e vi o nome do Dr. Defensor (Troncoso Peres). Apavorei-me. Eu ainda não tinha dois anos de MP e teria de enfrentar a fera do Júri. Primeiramente, quase houve "estouro de urna". Ninguém queria compor o quadro de jurados. Após o início do Júri, já estava quase acabada. Tive de ouvir do Dr. Defensor que eu "uma criança, que poderia ser minha neta".... etc. etc. "sem qualquer experiência".... E assim por diante. No intervalo para o almoço, a única pessoa que estava "torcendo" por mim (meu marido) deu-me a maior bronca. Eu não estava demonstrando do que era capaz. Fui para a réplica com uma raiva terrível, que descarreguei no Réu. Ganhei o Júri.

O Dr. Troncoso Peres foi até à Procuradoria e disse para o PGJ que foi a maior vergonha dele: Perder um Júri para uma criança. Ganhei Nota Dez do PGJ e do CG. Foi para o meu prontuário. (Sem contar que todos os colegas da região foram assistir ao Júri - estava lá, que me lembro bem, o Thiago Zarif). No outro dia, pela manhã, já recebia um telefonema da Corregedoria, dando-me os parabéns. Acho que os colegas, antes de irem para suas casas, já informaram a cúpula do MP. Fui notícia no jornal local. Não recorri (pena muito pequena - 12 anos e 6 meses) mas havia um Advogado do Assistente da Acusação (que também não compareceu em Plenário) que perguntou-me se eu recorrer e eu disse que não. Fui designada apenas para fazer o Plenário. Assim, ele recorreu e conseguiu aumentar a pena para 16 anos (o que, na minha opinião, ainda era pequena).

### **APMP: Como foi a aproximação da aposentadoria?**

A aproximação da aposentadoria foi muito estressante. Eu estava preocupada com a segunda modificação da Constituição. A primeira já havia me fornecido mais um ano de trabalho (já possuía tempo de serviço e idade para a aposentadoria). Assim, quando fiquei sabendo que a segunda modificação estava para ser sancionada, pedi minha aposentadoria. Senão, ainda estaria, até o final deste ano, trabalhando.